

## **A EXPERIÊNCIA DE 10 ANOS DO PROJETO REDE DE SABERES: PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS/AS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR EM MS.**

Área Temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Eva Maria Luiz Ferreira:Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Autores: 1. Beatriz dos Santos Landa:Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); 2. Eva Maria Luiz Ferreira:Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

### **Resumo**

Apresentam-se os resultados de uma experiência de dez anos, na formação acadêmica de estudantes indígenas, desenvolvida pelo projeto “Rede de Saberes – permanência de acadêmicos indígenas no ensino superior”, que no estado de Mato Grosso Sul atende aproximadamente 500 acadêmicos/as. O Projeto Rede de Saberes é desenvolvido em parceria com uma universidade comunitária (UCDB), uma estadual (UEMS) e duas federais (UFMS e UFGD), com aporte financeiro da Fundação Ford. O projeto objetiva o desenvolvimento de ações de permanência junto aos acadêmicos indígenas em suas trajetórias nas Instituições de Ensino Superior, com vistas a uma formação diferenciada para atender às crescentes demandas de seus povos. Durante dez anos, as atividades do projeto foram voltadas para atender as demandas por permanência dos estudantes nos cursos de graduação oferecidos pelas IES. A partir da identificação de demanda como, por exemplo, apoio na compreensão de textos científicos, principalmente para aqueles em que o português é a segunda língua; inclusão digital, elaboração de trabalhos científicos, acesso à bibliografia, ou mesmo cópias xerográficas que para a maioria o seu custo representa um entrave bastante significativo para o acompanhamento em sala de aula. Ações e cursos de formação diferenciada visam atender ao que está previsto na legislação, que são pouco valorizadas ou desvalorizadas nestes espaços educativos, pois tensionam o currículo dos cursos, cuja maioria não reconhece os conhecimentos e saberes trazidos pelos/as indígenas. A promoção de interlocução junto às comunidades e suas lideranças para discutir temas sobre terra/território, saúde, educação, direitos e formação política, acontecem anualmente nos encontros estaduais e nas áreas indígenas, organizados por estudantes indígenas que integram o projeto. Os resultados das ações são percebidos a partir da conclusão dos seus cursos, na inserção de graduados/as ao mundo do trabalho, na aprovação em exames de classe como a OAB, na verticalização da formação em programas *strictu sensu*, e ainda outros menos quantificáveis. A crescente busca dos povos indígenas por formação de nível superior em áreas como Educação, Direito, Saúde, Ciências Agrárias, entendida como uma necessidade coletiva, põe desafios novos para as Instituições de Ensino Superior, sinalizando para questões complexas relacionadas ao diálogo intercultural e de saberes que devem ser exercitados

e vivenciados cotidianamente tornando-se um fator relevante na transformação do lugar dos índios na sociedade sul-mato-grossense e brasileira.

Palavras-chave: Índios no Ensino Superior, Rede de Saberes, Permanência no Ensino Superior

### **Introdução**

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma das mais significativas populações indígenas do país, com cerca de 75 mil pessoas, representando oito povos. Sua realidade vem marcada pela perda territorial e correspondente confinamento em terras indígenas reduzidas, com os recursos naturais profundamente comprometidos e a intensa inserção no entorno regional, com ênfase nos espaços urbanos, que em algumas regiões tem envolvido estas áreas.

Nesse contexto, cresce em Mato Grosso do Sul a demanda dos povos indígenas por acesso às Universidades, percebidas como espaços estratégicos relevantes em seus esforços de melhorar as condições de inserção, diálogo e/ou de enfrentamento do entorno regional. De outra parte, cada vez mais universidades públicas e particulares estruturam iniciativas que objetivam facilitar esse acesso. Restritas, inicialmente, às licenciaturas, tendo em vista as exigências da Lei de Diretrizes de Bases 9394/96, cresce a busca por formação técnica em áreas como direito, saúde, ciências agrárias, engenharias, entre outras, como uma demanda de aldeias ou comunidades e não mais tanto de projetos pessoais.

O Projeto Rede de Saberes, desde o ano de 2005, por meio, das ações que desenvolve, busca facilitar a permanência dos acadêmicos indígenas na universidade tornando menos árdua esta tarefa e motivando-os, ainda, ao exercício da interculturalidade, o diálogo de saberes e a valorização dos vínculos com suas comunidades de origem. A constatação das diferenças e igualdades na forma de viver e sobreviver incentiva os acadêmicos indígenas a descobrir e construir novas resoluções de problemas do cotidiano a partir de suas identidades culturais. As ações desenvolvidas pelo Projeto Rede de Saberes tem sido suporte para que acadêmicos indígenas possam produzir a sua própria história em suas relações estabelecidas com seus grupos de origem e com as instituições de Ensino Superior pelas quais transitam.

O Projeto é desenvolvido em parceria pela Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Universidade Estadual de MS, UEMS, Universidade Federal de MS, UFMS, e Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, com aporte financeiro da Fundação FORD, que apoiam em torno de 500 estudantes indígenas mais proximamente..

Nos 10 anos de execução do projeto, destacam-se, os cursos extracurriculares que tratam especificamente de assuntos que não estão contemplados nos desenhos curriculares das universidades, tais como direito indigenista, saúde indígenas, educação diferenciada e específica, saberes tradicionais e saberes acadêmicos, entre outros. As oficinas ou cursos mais longos ofertados tornaram-se espaços para os acadêmicos conhecerem sobre os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal, e para formação mais completa para os que pertencem ao curso; para os alunos que estudam na área de educação como Pedagogia, Letras, Biologia, História, Licenciaturas diferenciadas, foi trabalhada a legislação que abriga a política de educação indígena diferenciada e a Educação Escolar Indígena no cotidiano das aldeias, assim como a discussão sobre os usos tradicionais da terra aliado aos saberes próprios de preservação deste patrimônio se estendeu para a área de Ciências da Terra. Aspectos relacionados aos cuidados com o corpo foram tratados interdisciplinarmente aliando Biomedicina e Antropologia. Acompanhamento individual ou em pequenos grupos em áreas nas quais enfrentam mais dificuldades decorrentes, especialmente, de lacunas no ensino médio e/ou relacionadas à língua portuguesa utilizada como segunda língua tem sido constantes nestes dez anos, donde se conclui que esta é uma demanda ainda importante na execução do projeto. O apoio ao fortalecimento da articulação entre os acadêmicos índios das diversas Instituições de Ensino Superior e dessas com suas comunidades, lideranças e organizações, e a busca de alternativas para os egressos das universidades, tendo em vista a sua inserção profissional no contexto regional tem sido ações mais recentes e compreendidas como fundamentais para a formação mais comprometida com as comunidades de origem. Por meio, dessas ações os acadêmicos começam conquistar espaços nas discussões demandas pela comunidade indígena nos Fóruns de Educação Indígena, nas grandes assembleias dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul – Assembleia Terena e Aty Guasu- onde são discutidas e encaminhadas as pautas sobre

educação, saúde, território, saúde entre outros temas relacionados aos cotidiano das comunidades oriundas dos estudantes.

### **Material e Metodologia**

As ações do projeto atendem os acadêmicos das quatro universidades parceiras e ainda de outras IES, totalizando aproximadamente 500 acadêmicos dos povos Kaiowá, Guarani, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Xavante, Bororo e representantes de outros estados. Os acadêmicos estão presentes nos diversos cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológicos envolvendo todas as grandes áreas de conhecimento presentes no CNPq.

As ações propostas pela coordenação do projeto Rede de Saberes são de apoio aos estudantes indígenas em suas trajetórias dentro das Instituições de Ensino Superior participantes do projeto e objetivam o fortalecimento da articulação entre índios das diversas IES e dessas com suas comunidades, lideranças e organizações e a busca de alternativas para os egressos das universidades tendo em vista a sua inserção profissional no contexto regional. A seguir as principais ações desenvolvidas juntos aos estudantes:

1. Possibilitar acompanhamento e orientação ao estudante indígena através de um intenso programa de cursos de suplementação e monitoria
2. Proporcionar grupos de estudo e cursos de extensão para acadêmicos índios por áreas temáticas (direito, saúde, agrárias, história, educação)
3. Articular Universidades e movimento indígena, a fim de fortalecer as organizações indígenas, através da promoção de discussões entre estudantes indígenas, lideranças, organizações sociais e não governamentais.

De acordo com a especificidade da atividade, as universidades parceiras no projeto as executam de forma coletiva ou individualmente, e cada uma destas pode ser desdobrada em outras, obedecendo as particularidades de cada instituição. Todas as ações são acompanhadas e avaliadas pela coordenação de forma contínua (AGUILERA URQUIZA; CASARO NASCIMENTO, 2013; VIANA et. Al., 2014).

### **Resultados e Discussões**

A grande maioria dos estudantes indígenas que ingressam nestas universidades é oriunda de comunidades indígenas, onde tiveram pouco contato com professores/as especialistas em disciplinas como física, química, matemática, informática. Também, muitos têm o português como segunda língua, o que tem servido de elemento que causa dificuldade na compreensão do que é transmitido, e algumas vezes até servindo de elemento de discriminação nas salas de aula. Para tentar superar essas dificuldades, são oferecidas monitorias e cursos de suplementação, para que os estudantes possam tirar dúvidas sobre as disciplinas principalmente na área de exatas como cálculo, química, física, estudo do corpo humano e interpretação de textos, por conta do bilingüismo. Anualmente são oferecidas 8.000 horas/aulas de diversas disciplinas, para um número de 200 estudantes. Sem esse suporte, muitos alunos teriam dificuldades para alcançar o rendimento acadêmico exigido pelos cursos de graduação.

Proporcionar aos estudantes espaços que denominamos de grupos de estudo por áreas temáticas (direito, saúde, agrárias, língua materna, história, educação), objetiva propiciar uma formação extracurricular e ampliar a discussão sobre o papel dos saberes e conhecimentos tradicionais na formação dos/as profissionais e intelectuais indígenas, aliadas às especificidades étnicas e de gênero. Neste caso, são formados grupos de 4 a 6 pessoas, separados por área de conhecimento, e para atender a todos os estudantes interessados, os grupos de estudos são oferecidos semestralmente.

Formações mais amplas e complexas são oferecidas por área de interesse e durante três dias profissionais (professores/as, advogados, antropólogos/as, agrônomos, biólogos) que pesquisam e vivenciam a temática indígena conduzem as atividades fornecendo e discutindo com os alunos, instrumentos teórico-metodológicos com vistas à apropriação de conhecimentos que os capacitem na luta por seus direitos, território e autonomia.

São discutidas questões como: O que é uma Educação Escolar Indígena para vocês? Como é que podemos construir um diálogo entre os saberes indígenas e os saberes acadêmicos que vocês encontram quando chegam às universidades? Conhecem as diretrizes curriculares e como foram formuladas? Diferença das percepções sobre saúde e doença entre os profissionais de saúde e as comunidades. A Constituição Federal de 1988 e os direitos indígenas a saúde, terra, educação. A importância do saber

tradicional e práticas culturais. Estimular a capacidade de ouvir e aprender com as comunidades com as quais dialoga e dialogará após a conclusão da graduação, seja qual for a área de atuação.

Após o término das atividades, no formato de seminário, os grupos apresentam as discussões suscitadas nos grupos aos demais colegas. As indagações provocadas pelos ministrantes que orientam o trabalho em grupo fazem com que os alunos reflitam na imperiosa necessidade de momentos de diálogo intercultural entre indígenas e universidades. Também, os cursos são espaços de encontros dos acadêmicos, onde podem socializar suas vivências universitárias e pensar o engajamento profissional dos egressos indígenas.

A avaliação destes grupos tem gerado novas perspectivas de atuação e continuidade do projeto, conforme são vislumbrados nos seguintes relatos: “Oportunidade de crescimento e acesso a informações até então desconhecidas, sobre o direito às Escolas Indígenas, e conhecimento sobre os recursos enviados pelo MEC para as escolas, onde e como estão sendo aplicados.”. “Destques para o aspecto positivo de que a educação indígena não pretende fechar-se para outros saberes, o valor do diálogo entre esses saberes, e os questionamentos sobre se os saberes indígenas são homogêneos.”, “Espaço para fortalecimento da auto-estima dos indígenas e crescimento acadêmico.”, “O Encontro renovou o desejo de lutar mais pelos direitos dos povos indígenas.”, “Encontros assim são sempre bem-vindos para saber mais, abrir a mente com relação a como fazer e pensar a pesquisa.”, “Buscar acompanhar mais o passo-a-passo da educação escolar indígena dentro da própria aldeia.”, “A formação ajudou a pensar mais em como a educação superior poderá contribuir para a educação escolar indígena.”

Foram apontados alguns encaminhamentos para as universidades que tem formado profissionais para atuar no campo intercultural na saúde indígena, no direito na educação, nas atividades agrárias, enfim em todas as áreas de conhecimento: inserção de disciplinas como Antropologia do corpo e da saúde, Saúde Indígena, Direito Indigenista, Legislação educacional, História dos povos indígena nos desenhos curriculares das universidades são encaminhamentos avaliados como um importante avanço acadêmico dentro das universidades.

Estes cursos e formações situações muito próprias, pois estudantes de vários cursos vivenciam experiências e acessam informações voltadas para as suas realidades, e estas possibilidades propiciadas pelo Projeto Rede de Saberes, representam estes e as comunidades espaços para os quais podem trazer e discutir as suas problemáticas e apontar encaminhamentos para as IES das quais fazem parte.

Durante os dez anos de execução das ações do Projeto Rede de Saberes podemos destacar entre as apresentadas acima e outras não apontadas, atividades como a realização de nove encontros estaduais de Estudantes Indígenas e um nacional, além de encontros de cada IES . Trata-se de um espaço que tem possibilitado a troca de experiências entre acadêmicos das várias universidades brasileiras e de representações de outros países da América Latina. Em todas as edições, sempre uma expressiva participação de acadêmicos/as, professores/as, lideranças e parceiros/as do movimento indígena. Também, em alguns encontros destacamos a presença de indígenas de países da América Latina, como Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru. Os encontros são dias de discussão sobre Território, Educação, Direito e Educação. Nos últimos encontros temas como avanço dos movimentos conservadores que buscam diminuir direitos indígenas já garantidos pela Constituição Federal foram amplamente discutidos como por exemplo: a tramitação no Congresso da PEC 215 que visa transferir para o poder legislativo as homologações de terras indígenas, que os movimentos indígenas e seus apoiadores consideram um retrocesso se for aprovado , podendo significar a não homologação de nenhuma terra indígena; a CPI do CIMI, ONG vinculada a Igreja Católica que tradicionalmente é uma das apoiadoras da manutenção e reivindicação dos direitos dos povos indígenas, que foi aberta pela Assembleia Legislativa do MS numa clara tentativa de desqualificar as demandas indígenas, e minimizar o papel das lideranças tradicionais, dos movimentos indígenas e enfraquecer o apoio daqueles que se colocam ao lado destes povos; a CPI do Genocídio aberta pela mesma Assembleia.

Encaminhamentos importantes são deliberados em virtude das discussões originadas dos encontros como demandas para políticas públicas para os estudantes indígenas. Exemplo foi a implantação Bolsa Permanência pelo Ministério da Educação (MEC), para todos os estudantes indígenas no âmbito nacional, que foi discutida já no ano de 2010 nos encontros realizados no MS. No 5º Seminário de estudantes Indígenas da

UEMS foi aberto um GT (Grupo de Trabalho) que discutiu exclusivamente mudanças no Decreto Nº 12.896, de 21 de dezembro de 2009, que Regulamenta o Programa Vale Universidade Indígena, instituído pela Lei nº 3.783, de 16 de novembro de 2009 do governo do estado de Mato Grosso do Sul. Entre as mudanças foi solicitado o aumento da bolsa auxílio, a possibilidade de irmãos poderem fazer parte do programa e a ampliação deste benefício aos discentes dos cursos tecnológicos. Estas alterações foram aceitas pelo Governo e um novo decreto já foi publicado, permitindo a seleção de bolsistas para o ano de 2016.

### **Conclusão**

A visibilidade do Projeto Rede de Saberes é destacadas nas diversas publicações em jornais e revistas, mas o principal é a conquista do reconhecimento das comunidades indígenas e acadêmicas. Durante os dez anos de execução de atividades focadas na permanência de estudante indígenas, foi possível institucionalizar no todo ou em parte o projeto dentro das universidades parceiras, e os resultados das ações refletem em redução dos índices de desistência e de reprovação; na melhoria dos índices de rendimento acadêmico dos/as indígenas, aumento no índice de aprovação nas disciplinas/cursos, e por conseguinte maior número de acadêmicos concluindo os cursos.

A maior aceitação das lideranças em relação aos acadêmicos indígenas nas reuniões nas comunidades indígenas, visando promover e fortalecer o intercâmbio entre os estudantes e a comunidade tem sido avaliado como uma das grandes contribuições do projeto, pois os primeiros passam a ouvir com mais segurança os graduados e graduandos por reconhecerem que estes são parceiros nas lutas atualmente empreendidos por estes povos.

### **Referências:**

AGUILERA URQUIZA. Antônio Hilário.; NASCIMENTO, Adir Casaro. *Rede de Saberes Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior para Indígenas no Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Afirmativo -FLASCO, 2013.



VIANNA, Fernando...[et al.]. *Indígenas no ensino superior – A s experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul*. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.